



**USP-SP**

*Técnico para Assuntos Administrativos*

## **PORTUGUÊS**

Interpretação e compreensão de variados tipos de texto; .....	1
Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade; sequenciação textual.	7
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	11
Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	23
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos .....	26
Tipos textuais: características específicas de cada tipo; .....	28
Textos literários e não literários; .....	29
Estrutura da frase: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção;.....	29
Registros de linguagem;.....	35
Funções da linguagem; .....	37
Elementos dos atos de comunicação.....	39
Estrutura e formação de palavras; .....	40
Formas de abreviação.....	42
Classes de palavras; aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; .....	45
Concordância .....	57
Regência nominal e verbal;.....	59
Modalizadores .....	62
Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos;polissemia e ambiguidade; .....	63
Figuras de linguagem.....	64
Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos;.....	69
Latinismos .....	72
Expressões idiomáticas.....	73
Ortografia.....	80
Acentuação.....	81
Pontuação. ....	83
Exercícios.....	88
Gabarito.....	97

# SUMÁRIO



## INGLÊS

Gramática da língua inglesa: artigos definidos e indefinidos .....	1
Tempos e modos verbais.....	2
Preposições.....	6
Conjunções.....	9
Pronomes .....	11
Advérbios.....	14
Verbos modais.....	17
Expressões idiomáticas e locuções verbais.....	25
Comparação.....	29
Concordância nominal e verbal.....	31
Formação e classe de palavras.....	33
Sinonímia e antonímia.....	33
Relações de subordinação e coordenação;.....	34
Voz ativa e passiva.....	36
Discurso direto e indireto. ....	40
Leitura e compreensão de tipos textuais diversos: reconhecimento de informações específicas.....	45
Capacidade de análise e síntese .....	46
Inferência.....	46
Reconhecimento de cognatos e falsos cognatos.....	47
Significação literal e contextual dos vocábulos e expressões.....	57
Figuras de linguagem.....	58
Elementos de coesão e coerência .....	58
Formação de frases interrogativas e negativas, formulação de pedidos, propostas e sugestões, reescrita e substituição de palavras ou de trechos de texto, reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	67
Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	69
Exercícios.....	70
Gabarito.....	82

## MATEMÁTICA

Sistemas numéricos: divisibilidade e fatoração de números inteiros, números racionais e reais.....	1
Potências e raízes.....	10
Valor relativo e absoluto .....	14
Funções polinomiais do 1º e 2º graus .....	14
Funções trigonométricas .....	23

# SUMÁRIO



Funções exponenciais e logarítmicas; gráficos.....	29
Equações e inequações .....	34
Progressões aritméticas e geométricas .....	43
Análise combinatória; problemas de contagem.....	48
Análise de dados: representações gráficas, diagramas, tabelas .....	51
Médias aritméticas, ponderadas e geométricas.....	57
Porcentagem .....	60
Regra de três.....	62
Juros simples e compostos .....	65
Probabilidade.....	67
Cálculo de comprimentos; distâncias; perímetros; áreas e volumes .....	70
Raciocínio lógico .....	79
Noções de estatística .....	92
Exercícios.....	94
Gabarito.....	102

## CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

Política e economia brasileira: noções básicas de política e economia interna brasileira .....	1
Regimes políticos no Brasil .....	5
Democracia no Brasil de 1988 a 2023 .....	7
Política externa e relações internacionais: política externa brasileira.....	14
Relações internacionais e a economia brasileira .....	15
Cooperação acadêmica internacional no Brasil .....	31
Cultura e sociedade: arte e cultura brasileira.....	31
Desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil.....	41
Meio ambiente, terras indígenas e mudanças climáticas.....	42
Direitos humanos no Brasil.....	59
A USP no contexto do desenvolvimento nacion.....	59
Exercícios.....	60
Gabarito.....	63

## CONHECIMENTOS JURÍDICOS E NORMATIVAS DA USP

Direito Administrativo: Organização e Princípios da Administração Pública .....	1
Lei Federal nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), com as alterações vigentes até a publicação do Edital.....	7
Direito Constitucional: artigos 37 e 38 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – com as alterações vigentes até a publicação do Edital. ....	22



Direito do Trabalho: artigos 1º a 12, 58 a 65 e 442 a 456-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), com as alterações vigentes até a publicação do Edital. ....	26
Estatuto e Regimento da Universidade de São Paulo: Resolução nº 3.461/1988 , com as alterações vigentes até a publicação do Edital .....	34
Resolução nº 3.745/1990, com as alterações vigentes até a publicação do Edital. ....	55
Exercícios.....	97
Gabarito.....	99

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM GESTÃO (SEM BIBLIOGRAFIA SUGERIDA)**

Trabalho colaborativo .....	1
Princípios administrativos (planejamento, organização e controle) .....	2
Conhecimentos básicos em administração financeira e orçamentária .....	3
Funções e tarefas do departamento financeiro .....	7
Gestão de material e patrimônio .....	8
gestão de projetos (conceitos, metodologias e ferramentas); definição de projeto, programa e portfólio.....	41
Técnicas de arquivo .....	47
Gestão de documentos, da informação e do conhecimento .....	48
Documentos digitais; funções e atividades do setor de protocolo .....	51
Capacidade de análise de dados .....	52
Exercícios.....	53
Gabarito.....	58

# SUMÁRIO



### Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

### Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

### Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

### Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



Os artigos na língua inglesa são palavras usadas para acompanhar o substantivo na oração e, assim como na língua portuguesa, podem ser classificados como definidos e indefinidos, mas não recebem variações como na gramática da língua portuguesa, de modo a não possuir artigos compostos, contáveis ou incontáveis, nem mesmo variação de gênero de acordo com o substantivo que segue. Os artigos da língua inglesa podem ser classificados como definidos ou indefinidos segundo seu significado e propósito. Observe a seguir os artigos da língua inglesa:

<b>The</b>	O, a, os, as
<b>A</b>	Um, uma
<b>An</b>	Um, uma

— **Artigo indefinido:** esse tipo de artigo faz referência à um substantivo cujo significado implica não-especificidade, ou seja, não há uma identificação de um objeto de maneira singular ou exclusiva. Em inglês, está presente no uso de a e na, palavras que possuem suas próprias regras gramaticas. Usa-se a quando o substantivo que segue o artigo inicia-se em uma consoante: a table (uma mesa); usa-se na quando o substantivo que segue o artigo inicia-se em uma vogal ou com som de vogal: an elephant (um elefante), an hour (uma hora) — nesse último caso, o som da letra h é mudo. Confira a seguir exemplos de artigo indefinido:

- He bought a shirt. (Ele comprou uma camisa)
- Lisa is a dentist. (Lisa é uma dentista)
- I ate an Orange for breakfast. (Eu comi uma laranja no café-da-manhã)
- We have an importante meeting. (Nós temos uma importante reunião)

— **Artigo definido:** esse artigo, marcado pelo uso de the é usado para referir-se exclusivamente ao substantivo na oração, ou seja, especifica-se no discurso o objeto dela. Em inglês, é marcado pelo uso de the, que pode acompanhar tanto um substantivo no singular quanto no plural. Observe:

- The table is broken. (A mesa está quebrada)
- The children are happy. (As crianças estão felizes)
- He loved the book. (Ele amou o livro)
- The classes start at 9 am. (As aulas começam às 9 da manhã)

Algumas regras devem ser levadas em consideração quanto ao uso do artigo the.

Não se deve usá-lo antes de substantivos que possuam sentido de expressão de senso-comum ou gerais, salvo se é a intenção do interlocutor especificá-los. Exemplo:

- The cats like milk (Os gatos gostam de leite) — gatos específicos
- Cats like milk (Gatos gostam de leite) — gatos em geral

Não se deve usar the antes de nomes próprios, salvo se o nome especificar um conjunto. Exemplo:

- São Paulo is a big city. (São Paulo é uma cidade grande)
- The United Kingdom is in lockdown. (O Reino Unido está em lockdown)

Não se usa the antes de nomes próprios antes de nomes de idiomas, mas pode ser usado em nacionalidades

- French is a difficult language (Francês é uma língua difícil)
- The French invented the croissant. (Os franceses inventaram o croissant)



## — Conjuntos Numéricos

O grupo de termos ou elementos que possuem características parecidas, que são similares em sua natureza, são chamados de conjuntos. Quando estudamos matemática, se os elementos parecidos ou com as mesmas características são números, então dizemos que esses grupos são conjuntos numéricos<sup>1</sup>.

Em geral, os conjuntos numéricos são representados graficamente ou por extenso – forma mais comum em se tratando de operações matemáticas. Quando os representamos por extenso, escrevemos os números entre chaves  $\{\}$ . Caso o conjunto seja infinito, ou seja, tenha incontáveis números, os representamos com reticências depois de colocar alguns exemplos. Exemplo:  $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$ .

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois eles são os mais usados em problemas e questões no estudo da Matemática. São eles: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

### Conjunto dos Números Naturais (N)

O conjunto dos números naturais é representado pela letra N. Ele reúne os números que usamos para contar (incluindo o zero) e é infinito. Exemplo:

$$N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$

Além disso, o conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\} \text{ ou } N^* = N - \{0\}: \text{conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.}$$

$$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}, \text{ em que } n \in N: \text{conjunto dos números naturais pares.}$$

$$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}, \text{ em que } n \in N: \text{conjunto dos números naturais ímpares.}$$

$$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}: \text{conjunto dos números naturais primos.}$$

### Conjunto dos Números Inteiros (Z)

O conjunto dos números inteiros é representado pela maiúscula Z, e é formado pelos números inteiros negativos, positivos e o zero. Exemplo:  $Z = \{-4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$

O conjunto dos números inteiros também possui alguns subconjuntos:

$$Z_+ = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}: \text{conjunto dos números inteiros não negativos.}$$

$$Z_- = \{\dots -4, -3, -2, -1, 0\}: \text{conjunto dos números inteiros não positivos.}$$

$$Z^{*+} = \{1, 2, 3, 4, \dots\}: \text{conjunto dos números inteiros não negativos e não nulos, ou seja, sem o zero.}$$

$$Z^{*-} = \{\dots -4, -3, -2, -1\}: \text{conjunto dos números inteiros não positivos e não nulos.}$$

### Conjunto dos Números Racionais (Q)

Números racionais são aqueles que podem ser representados em forma de fração. O numerador e o denominador da fração precisam pertencer ao conjunto dos números inteiros e, é claro, o denominador não pode ser zero, pois não existe divisão por zero.

O conjunto dos números racionais é representado pelo Q. Os números naturais e inteiros são subconjuntos dos números racionais, pois todos os números naturais e inteiros também podem ser representados por uma fração. Além destes, números decimais e dízimas periódicas também estão no conjunto de números racionais.

Vejamos um exemplo de um conjunto de números racionais com 4 elementos:

$$Q_x = \{-4, 1/8, 2, 10/4\}$$

Também temos subconjuntos dos números racionais:

<sup>1</sup> <https://matematicario.com.br/>



### **Crise monetário-financeira: Encilhamento (1889/1891)**

Durante a República da Espada, período de transição entre a Monarquia e a República (1889-1894), o Brasil enfrentou uma recessão que ficou conhecida como Encilhamento. Esse desajuste, de ordens institucional e financeira e que foi um dos maiores fracassos econômicos da história do país, ficou marcado por uma acentuada inflação e pelo desenvolvimento da bolha econômica (bolha de crédito). O ápice do Encilhamento aconteceu entre 1889 e 1891, em virtude da política econômica praticada por Marechal Deodoro da Fonseca, presidente do Brasil na época. A expressão que dá nome à crise é uma referência a um jargão utilizado nos hipódromos para designar toda a desordem típica dos ambientes de corrida de cavalos, nos quais aconteciam encilhamentos de jóqueis e seus cavalos, antes da largada. O termo foi inserido na economia para designar a confusão monetário-financeira daqueles tempos.

**Motivação da crise:** em síntese, Rui Barbosa, ministro da Fazenda na época, promoveu uma série de medidas visando a estimular as atividades econômicas e a industrialização no país. As principais dessas medidas foram a ampliação da livre concessão de créditos monetários e a emissão de moedas. Os efeitos dessas decisões, todavia, foram contrários aos seus propósitos, levando muitas empresas ao declínio, e ocasionando escassez de moeda em circulação e surto na inflacionário.

#### **Objetivos econômicos e efeitos da política do Encilhamento**

1. Fomentar a industrialização para modernizar o país e incentivar a atividade econômica.
2. Desenvolver novas transações comerciais: a liberação de créditos bancários foi a estratégia aplicada para esse objetivo, fazendo com que as instituições financeiras aprovassem empréstimos para a população em geral, sem necessidade de comprovação de condições de pagamento. O impacto disso foi a necessidade de se imprimir cada vez mais papel-moeda e, devido ao uso inapropriado do crédito concedido para a criação de negócio, houve quebra generalizada de empresas.
3. Estimular o crescimento econômico por meio da emissão de papel-moeda: a insuficiência de dinheiro em circulação no país era um grande problema, por isso, decidiu-se incrementar a produção de células para realizar o pagamento dos proletários, e, com isso, ampliar mercado consumidor. Na prática, o volume de dinheiro superava a sua capacidade de produção, o que levou à desvalorização da moeda e ao agravamento da inflação.
4. Incentivar o setor financeiro e estimular o investimento em ações na bolsa de valores: para isso, houve simplificação na abertura de sociedades anônimas.
5. Valorizar o produto interno e priorizar o desenvolvimento de mercadorias nacionais: decidiu-se pela criação de encargos alfandegários para reprimir a entrada de mercadorias estrangeiras no país.
6. Especulação financeira: o declínio das empresas e a qualidade em excesso de papel-moeda provocou desconfiança nos investidores em relação ao mercado, além da especulação financeira. Adquiriam-se ações na bolsa de valores com o único intuito de comercializá-las futuramente - mesmo diante de um quadro financeiro instável.



## Estado

### Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da polis grega e da civitas romana. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

**POVO:** Elemento legitima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispões expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

**TERRITÓRIO:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.



## Conhecimentos específicos em gestão (sem bibliografia sugerida)

Em um mundo cada vez mais conectado, o trabalho colaborativo tornou-se uma ferramenta valiosa na resolução de problemas, criação de projetos e desenvolvimento de novas ideias. Para além do simples ato de trabalhar juntos, o trabalho colaborativo implica uma abordagem sinérgica, na qual a soma das contribuições individuais resulta em um produto ou solução mais rica e abrangente do que se estas contribuições fossem isoladas.

### Características do Trabalho Colaborativo:

– **Diversidade de Perspectivas:** equipes formadas por pessoas com diferentes formações, experiências e habilidades são mais propensas a encontrar soluções inovadoras para desafios complexos.

– **Compartilhamento de Recursos:** a colaboração permite a união de recursos, sejam eles materiais, intelectuais ou tecnológicos, otimizando o processo de trabalho.

– **Aprendizado Contínuo:** a interação constante entre os membros da equipe propicia um ambiente de troca e aprendizado mútuo, onde os conhecimentos e habilidades de um podem beneficiar todos.

– **Flexibilidade:** em um ambiente colaborativo, as equipes tendem a ser mais adaptáveis, ajustando-se rapidamente às mudanças e novos desafios.

### Benefícios do Trabalho Colaborativo:

– **Maior Produtividade:** a combinação de habilidades e o compartilhamento de tarefas muitas vezes levam a uma execução mais rápida e eficiente dos projetos.

– **Soluções Mais Inovadoras:** a diversidade de opiniões e a abertura para o debate podem conduzir a ideias e soluções mais criativas.

– **Crescimento Pessoal e Profissional:** a colaboração frequentemente desafia os indivíduos a saírem de suas zonas de conforto, estimulando o desenvolvimento pessoal e profissional.

– Fortalecimento de Relações: trabalhar em conjunto cria um senso de comunidade e pertencimento, fortalecendo relações interpessoais e a coesão da equipe.

### Desafios e Considerações:

Não obstante, o trabalho colaborativo também apresenta desafios. Divergências de opinião, dificuldades de comunicação e a gestão de egos podem ser obstáculos. Para contornar esses desafios, é fundamental investir em ferramentas de comunicação, estabelecer regras claras de interação e fomentar uma cultura de respeito mútuo e empatia.

O trabalho colaborativo, quando bem gerenciado, é uma poderosa estratégia para otimizar processos, impulsionar inovações e desenvolver profissionais. Em um cenário globalizado e em constante mudança, a capacidade de trabalhar em colaboração é uma competência cada vez mais valorizada, sendo essencial para a sobrevivência e sucesso de organizações e indivíduos.